## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC

## LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

(Republicada no DOU de 6/3/2012 em atendimento ao disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011)

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

## O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Comple	Faço ementar:	saber	que	О	Congresso	Nacional	decreta	e	eu	sanciono	a	seguinte	Le
		•••••		••••				••••	•••••		••••	•••••	
CAPÍTULO II DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE													
DA	A DEFINI	ÇAO I	DE M 	IC	CROEMPRE	ESA E DE	EMPRE	S <i>A</i> 		E PEQUEI	VО	PORTE	

Art. 3°-A. Aplica-se ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município que tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do *caput* do art. 3° o disposto nos arts. 6° e 7° nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI e no Capítulo XII desta Lei Complementar, ressalvadas as disposições da Lei n° 11.718, de 20 de junho de 2008.

Parágrafo único. A equiparação de que trata o *caput* não se aplica às disposições do Capítulo IV desta Lei Complementar. (Artigo acrescido pela Lei Complementar nº 147, de 7/8/2014)

Art. 3°-B. Os dispositivos desta Lei Complementar, com exceção dos dispostos no
Capítulo IV, são aplicáveis a todas as microempresas e empresas de pequeno porte, assim
definidas pelos incisos I e II do caput e § 4º do art. 3º, ainda que não enquadradas no regime
tributário do Simples Nacional, por vedação ou por opção. (Artigo acrescido pela Lei
<u>Complementar nº 147, de 7/8/2014)</u>